

O VERDE DOS PARQUES E RESERVAS DO BRASIL É MUITO MAIOR NO PAPEL DO QUE NA REALIDADE

LEVANTAMENTO FEITO PELO BIÓLOGO FELIPE PONCE DE LEÓN RECADASTROU PARQUES E RESERVAS ESTADUAIS E FEDERAIS E MOSTROU QUE, NA PRÁTICA, A ÁREA VERDE DO PAÍS É BEM MENOR DO QUE A INDICADA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Em três meses de trabalho, o biólogo Felipe Ponce de León recadastrou por conta própria 328 parques e reservas estaduais e federais do País. Fez cerca de 300 telefonemas para todos os estados brasileiros, confrontou dados obtidos com os de instituições como o IBGE e o Ibama, avaliou números encontrados em publicações científicas e elaborou o trabalho *Reservas e Parques Federais e Estaduais do Brasil* — em que traz uma constatação e um alerta.

A constatação é que a área do País dedicada a reservas e parques decretados pelos estados e pela União corresponde, pelos seus cálculos, a 2,46% — quase metade, portanto, dos "algo em torno de 5%" citados em relatórios no País e no Exterior, segundo o biólogo.

O alerta diz respeito a dezoito estados da Federação que têm resultado ainda inferior a essa média, o que significa que espécies vegetais correm o risco de ser extintas e que a recomposição de vegetações inteiras pode estar inviabilizada.

León criou assim uma "hierarquia verde" para situar o problema da devastação em termos locais e dar um caráter mais pragmático ao seu estudo (*veja relação dos estados no quadro*). Chama ainda o resultado obtido de "faretos do Brasil" — uma imagem para dar conta da devastação que encontrou nas reservas do País.

Em seu trabalho, constam reservas de quatro categorias (reservas biológicas, estação ecológica, reservas ecológicas e reservas florestais) e três categorias de parques (parques, parque ecológico e parque florestal).

"Quero chamar a atenção dos estados brasileiros e mostrar que a maioria deles tem índices de preservação de reservas florestais e parques muito ruins", diz o biólogo de 38 anos, que faz doutorado na Universidade de Brasília (UnB). Leia a seguir os principais trechos da entrevista concedida ao JT, por telefone.

Jornal da Tarde — Você desenvolveu esse estudo paralelamente à sua pesquisa de doutorado. O que o levou a pesquisar de forma independente a situação das reservas e parques do País?

Felipe Ponce de León — Partindo da situação do estado de Minas Gerais, que interessa ao meu doutorado, tive que buscar dados em índices de reservas nacionais. Ai me deparei com o problema: consultei listas gerais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e cadastros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e percebi que os dados não concordavam entre si. Os tamanhos dos parques e reservas não coincidiavam, havia reservas fantasmas mencionadas.

Quais as principais falhas dessas fontes de referência?

Há arredondamentos grosseiros nessas listas, inclusive em fontes primárias de dados, além delas incluírem reservas fantasmas. Por exemplo: 29.990 hectares não são 30 mil — e isso não é apenas uma questão matemática. Trata-se de demarcações de áreas. Itaitiaia, que é, entre os 36 parques nacionais, o mais antigo do País, teve sua área expandida por um decreto do então presidente de Figueiredo: de 11.943 hectares passou para "cerca de 30 mil" — isso no decreto! Há pouco o diretor do parque, Carlos Zican, recebeu um levantamento feito por uma empresa de Goiânia, que descobriu que os "cerca de 30 mil" são, na realidade, 28.268 hectares. Só agora descobriram isso, com base em mapeamento e fotos aéreas. Tenho dados de 35 unidades, entre parques e reservas, em que o tamanho é um chute.

Qual o prejuízo causado por esse critério de aproximação?

Ele indica que, primeiro, criam a unidade no papel; dez anos depois vão cuidar da sua implementação e demarcação. O problema é que se você não demarca, você perde, há inúmeros problemas, como invasões, por exemplo. Você acaba dando 30 anos para que proprietários vizinhos invadam o parque sem ninguém contestar. O Ceará, por exemplo, tem a estação ecológica de Aiuaíba, que foi decretada em 83 e até hoje está sem cadastro, sem regularização de terra, com problemas de desapropriação, etc. Fica no papel, meio no faz-de-conta.

E quanto aos parques e reservas fantasmas?

O IBGE colocou no mapa, chamado Unidades de Conservação Federal no Brasil, de 1994, mais de dez milhões de hectares que não existem como reservas ou parques. Eles viram reservas indígenas ou foram invadidos. Boa parte dessa área foi criada por um lote de seis decretos executivos do presidente Jânio Quadros, datando de 25 de julho de 1961, que totalizou seis parques e 11,5 milhões de hectares. Foram criados um na Amazônia, um em Roraima, três no Pará e um no Mato Grosso. Eles puxam o índice do IBGE, que serve de referência para boa parte do País e do Exterior, para cima. E esse mapa tem a chancela do World Wildlife Fund (WWF), que tem escritórios no País.

Como você descobriu isso?

Falei com pessoas nesses estados, funcionários de agências estaduais. No Pará, por exemplo, Go-

rotiré (decreto nº 51.029), Mundurucá (decreto nº 51.030) e Tumucumaque (decreto nº 51.043) foram criados como reservas florestais por decretos do Jânio. Pois a totalidade deles é reserva indígena. Podem até estar regularizadas, mas o IBGE ignorou essa ocupação, qualificando essas áreas como reservas florestais no seu anuário mais recente.

Quais são os outros exemplos?

A reserva de Jurueña (decreto nº 51.027), de 1.808.000 hectares, no Mato Grosso. Ninguém sabe dela, evaporou. Segundo minhas fontes, ninguém na região sabe onde fica. O mesmo acontece com a de Rio Negro (decreto 51.028), no Amazonas, de 3.790.000 hectares. Como é também fantasma a reserva de Pirimá (decreto nº 51.042), em Roraima, de 1.756.000 hectares. Há outros fantasmas pelo País, estaduais, de dimensões bem menores.

Qual o significado do índice que você obteve, 2,46% da área nacional destinada a reservas e parques?

Esse número diz aproximadamente o que temos em áreas protegidas. A civilização é basicamente destruidora. Outro problema é que, na prática, essas áreas não estão estabelecidas, ou seja, demarcadas. Boa parte delas só está no papel, no decreto. Muitas estão num estado de fazenda abandonada.

É um índice pequeno comparado a outros países?

Sem dúvida. A média da América do Sul, por exemplo, é pelo menos o dobro disso. Num país como Costa Rica o índice é superior a 10%.

E como é a distribuição dessas unidades pelos estados brasileiros?

É irregular. A região Norte puxa bastante a média nacional, está proporcionalmente bem protegida em relação às outras áreas. Mas o percentual por regiões varia muito, chegando a 0,52% para a região Centro-Oeste, o pior índice do País. O Norte é a maior região, sozinho ocupa 45% da superfície do Brasil. Se ele não existis-



O Estado de São Paulo é um dos que mantém mais áreas protegidas, caso da Juréia



Cachoeira no Parque Nacional da Serra da Bocaina: natureza preservada



se, a média nacional seria algo em torno de 1,05%.

Como fica a região Sudeste no panorama nacional?

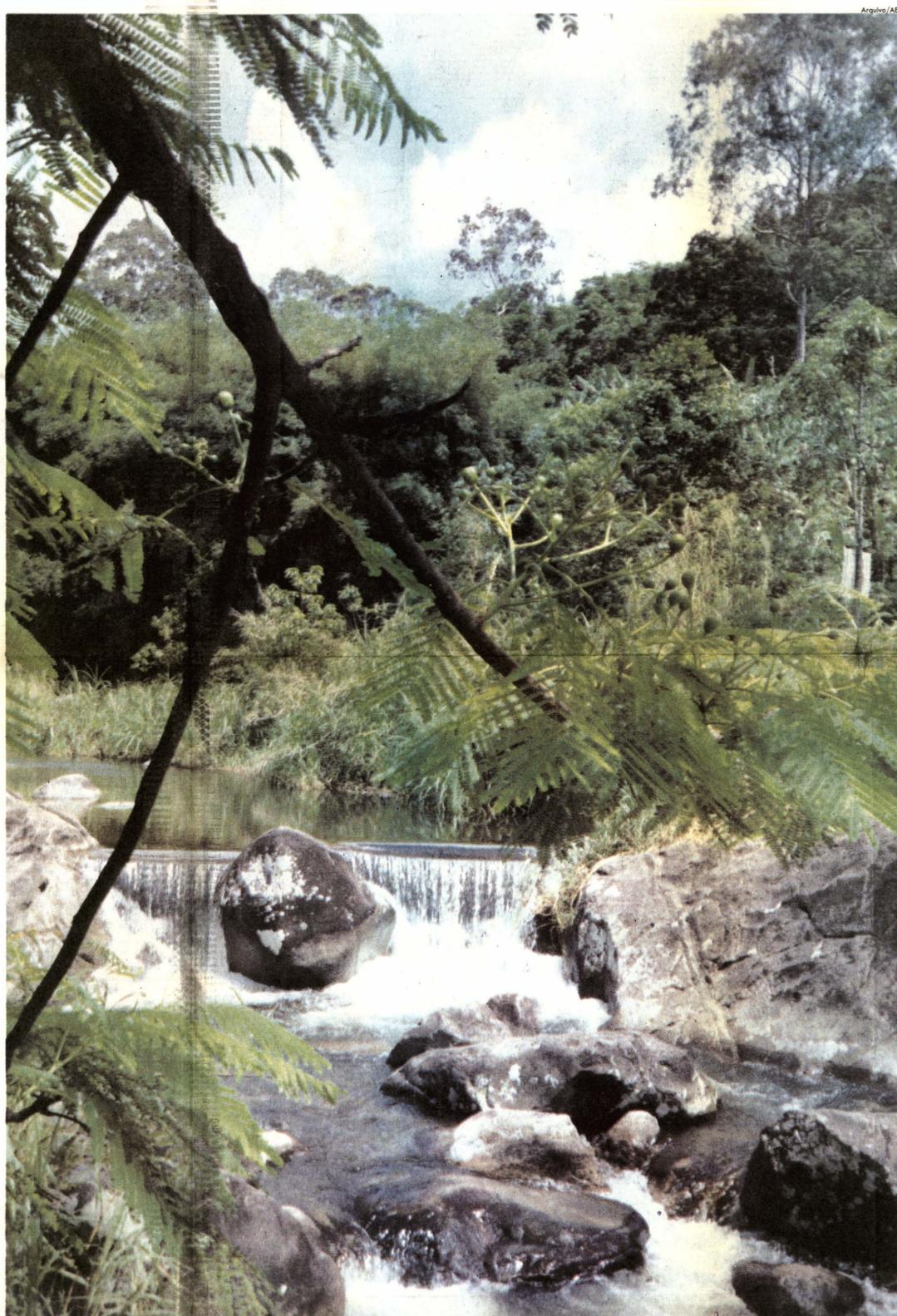
O índice é de 1,63%, e é a região que é carro-chefe em matéria de demarcação. A região tem, aliás, a maior concentração de unidades de demarcação (61 parques e reservas) e também a maior concentração de pesquisadores. O in-

teressante num estado como São Paulo, por exemplo, é que se trata do estado mais industrializado e mais densamente povoado. Seria de imaginar, pelo senso comum, que nada estaria preservado em São Paulo!

E acontece o contrário?

Sim, é o estado que tem quase um milhão de hectares protegidos — ressalte-se que estu-

ristas está em São Paulo. Eles estudam, brigam, criam movimentos de defesa das reservas. O fato de ter gente trabalhando na área, o uso da reserva como local de pesquisa, é mais importante do que a presença de guardas. Se houvesse corpos de pesquisadores em todas as reservas, não estaríamos nesse marasmo. Ou ainda, em muitos casos, duas pessoas



Levantamento feito por mapeamento. Fotos aéreas mostrou que a área do Parque Nacional de Itaitiaia é menor do que a indicada no papel

podemos perder muitas espécies de animais e plantas e não ter chance de recompor a vegetação. Todos cuidam muito da Amazônia, aí entregam o cerrado para a agricultura. Dezoito estados brasileiros precisam trabalhar muito para chegar à média nacional.

E quanto à União?

A União poderia aumentar o número de reservas florestais e

de reservas federais nos estados. Ela não cria novas unidades de conservação desde 1992 — com o Parque Nacional Serra Geral, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Agora estão criando o Parque Nacional Arquipélago Ilha Grande, no Paraná, mas é um lapso de tempo enorme frente à carência do País. Até 1990 criava-se um parque ou reserva por ano — pelo me-

nos no papel.

Por que você usa a expressão "faretos do Brasil" em relação às reservas e parques?

É como se você tivesse um bolo — as matas e os recursos florestais — em que todo mundo colocou a mão. É a história de uma destruição. Desde 1500 se esbaldaram com os recursos do País, e sobram os faretos, as reservas e os parques. Das

reservas federais nos estados. Ela não cria novas unidades de conservação desde 1992 — com o Parque Nacional Serra Geral, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Agora estão criando o Parque Nacional Arquipélago Ilha Grande, no Paraná, mas é um lapso de tempo enorme frente à carência do País. Até 1990 criava-se um parque ou reserva por ano — pelo me-

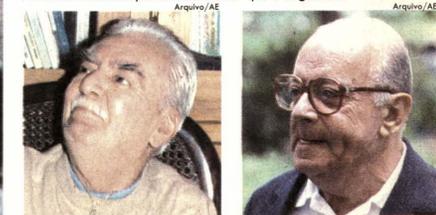
reservas federais nos estados. Ela não cria novas unidades de conservação desde 1992 — com o Parque Nacional Serra Geral, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Agora estão criando o Parque Nacional Arquipélago Ilha Grande, no Paraná, mas é um lapso de tempo enorme frente à carência do País. Até 1990 criava-se um parque ou reserva por ano — pelo me-



Florestas naturais: patrimônio menor que o registrado



Jânio Quadros: decretos



Figueiredo: parque maior

Porque reservas e parques são os mais importantes para fins de conservação biológica. Você precisa deixar espaços de vegetação nativa para contenção de erosão, fontes de parasitas e predadores e recomposição futura de vegetação. Reservas são fontes de recolonização. Se você não tem um fragmento pequeno, como recuperar áreas degradadas?

Porque reservas e parques são os mais importantes para fins de conservação biológica. Você precisa deixar espaços de vegetação nativa para contenção de erosão, fontes de parasitas e predadores e recomposição futura de vegetação. Reservas são fontes de recolonização. Se você não tem um fragmento pequeno, como recuperar áreas degradadas?

Novo mapeamento de áreas

IBGE E IBAMA PRETENDEM PADRONIZAR O CADASTRO

O estudo de reservas e parques feito pelo biólogo Ponce de León surge num momento em que organismos como IBGE e Ibama começam a se dar conta da desorganização metodológica que envolve a classificação dessas unidades de conservação. Até o final do ano, um protocolo deverá ser firmado entre esses dois institutos para padronizar o mapeamento de parques e reservas do País.

"Estamos criando um termo de cooperação técnica bilateral para padronização do cadastro", diz Gilberto Salles, chefe do Departamento de Unidades de Conservação do Ibama. "Com a colaboração de duas organizações não-governamentais, estamos atualizando dados federais e estaduais. A partir de 98, teremos um protocolo único com o IBGE". Segundo Salles, o estudo de Ponce de León poderá servir como base para futuros trabalhos da instituição. "O biólogo tem razão em muitos pontos: a imprecisão de muitas áreas, o fato de reservas

indígenas serem computadas como reservas florestais, as diferenças de dados entre os cadastros do Ibama e do IBGE, etc", diz Salles. "É importante entender que esse é um assunto muito complexo: estados criam por decreto, por exemplo, e não têm a obrigatoriedade de comunicar seus parques nem ao Ibama nem ao IBGE".

"O número de decretos e de legislação sobre as mesmas reservas é absurdo", acrescenta Celso José Monteiro Filho, gerente de projeto da Diretoria de Geociências do Departamento de Recursos Naturais e Meio Ambiente do IBGE. "Muitas mudanças de área e de status das reservas são feitas sem que nos seja comunicado", diz.

Segundo Monteiro Filho, "problemas administrativos" têm dificultado uma atualização dos índices do instituto. "Ficamos um ano sem atualizar nenhuma reserva. O trabalho voltou a ser feito há seis meses, e está em fase de informatização e normatização". (U.M.)